

Escravidão, Historiografia e Luta de Classes

Em forma aberta ou surda, a luta de classes invade os mais variados domínios do mundo social: a linguagem, a cultura, os simples atos da vida quotidiana. Ela determina, igualmente, as ciências sociais, em especial a historiografia, no permanente esforço para desvelar ou encobrir a compreensão dos segredos profundos do mundo social. Não há momento do passado americano, como a escravidão, em que a luta de classe se tenha materializado, em forma tão profunda, em um primeiro momento como confronto objetivo entre as classes antagonônicas e, a seguir, como representações e narrativas contraditórias sobre os sentidos dos acontecimentos passados.

Por séculos, milhões de trabalhadores foram arrancados da África para labutarem, até a morte, em geral em condições duríssimas, comumente sem sequer o direito de se reproduzir, nas povoações, campos e minas do Novo Mundo. Nenhuma instituição expressou tão limpidamente, como a escravidão, a subjugação das relações sociais à implacável razão mercantil.

A desqualificação do produtor escravizado como ser social e biológico pariu o racismo anti-negro com raízes perversamente profundas. Durante esse longo e doloroso período, o trabalho e a resistência do cativo determinaram profundamente as regiões envolvidas pela produção escravista.

A servidão da alma

A servidão dos espíritos era indispensável à submissão dos corpos. Os escravistas e seus intelectuais arrendados defenderam sem pejo a justiça, a benignidade, o caráter literalmente progressista da instituição maldita. Mais comumente, as narrativas

de São Tomé e Príncipe, no século XV, e de São Paulo, no século XVI, foram desfiguradas e transformadas, no século XX, para servir a uma ideologia de classe. A escravidão foi apresentada à população da América, para a que importa, não como um sistema de exploração, mas como um sistema de progresso. Durante esse período, a população negra

negreiras apoiaram-se na exacerbação hipócrita de realidades singulares, romantizadas e universalizadas ao risível.

A salvação eterna da alma justificaria qualquer servidão temporária do corpo. Seria preferível a escravidão no Novo Mundo à morte na África bestial. O quase doce cativeiro americano propiciava vida superior à dos próprios proletários europeus. O cristianismo e humanismo lusitanos teriam enjoadado escravidão paternal e consensual. A Abolição foi golpe sentido também pelos cativos.

Após o fim da escravidão, as narrativas apologéticas sobre ela foram retomadas, retocadas, refinadas pelos intelectuais orgânicos das novas classes proprietárias, sobretudo nas nações em que desempenhara papel essencial, com novos objetivos culturais, ideológicos e políticos. Havia sobretudo que mascarar as raízes profunda das *novas* sociedades, já que agora os exploradores deviam gerir o consenso civil dos explorados.

Portanto, empreendeu-se verdadeira reabilitação historiográfica do escravismo, propondo-se, primeiro, a gestão harmônica dos *escravos* pelos *senhores*, a seguir, a complementaridade de interesses entre uns e outros e, finalmente, a escravidão como espaço de progresso social do trabalhador escravizado.

Estranho novo mundo

Em fins dos anos 1980, a derrota mundial das forças sociais ensejou indiscutível domínio das visões irracionalistas e integracionistas nas ciências sociais. Na historiografia da escravidão, dominou a rejeição da análise do passado escravista a partir das tensões, ruptura e superações, em favor das propostas de acordos, pactos e as acomodações sistêmicas entre escravizadores e escravizados.

Consolidaram-se visões apologéticas sobre a correspondência de destinos entre escravizadores e escravizados e a capacidade dos cativos de moldarem seus exploradores, construindo-se uma vida serena e aprazível no seio da escravidão.

Foram propostos cenários sociais escravistas onde o trabalho era pouco, a remuneração no mínimo sofrível, o castigo exceção, a constituição de famílias estáveis a norma. Empreendeu-se iluminação romântica do passado escravista, através da *focalização* de casos singulares de cativos que progrediram socialmente, em detrimento da complexa definição das tendências pesadamente dominantes. Em um contexto de rejeição do princípio da luta por

sociedade que supere, e não *democratize*, a exploração, conquistando, desde já, direitos mínimos e universais, sobretudo para os segmentos sociais mais explorados, tais narrativas embasaram quase naturalmente a defesa da progressão social de indivíduos exemplares, na perseguição de melhor equilíbrio étnico das elites, categoria já sem tensão social pejorativa.

Escravidão colonial

O terceiro número de **História & Luta de Classes** traz onze artigos referentes ao trabalho, economia, sociedade e, sobretudo, resistência do trabalhador escravizado, produtos de tradições historiográficas distintas que encontram unidade multifacetada na análise do mesmo objeto, a escravidão colonial, no Brasil, Cuba, Uruguai e África Atlântica, desde a ótica do mundo do trabalho, que nada tem a perder e tudo a ganhar na perseguição incessante da verdade. Destacam-se nesse número um tema – a fuga – e duas disciplinas – a abordagem da resistência e do trabalho do cativo a partir do dado arquitetônico e arqueológico.

As interpretações social-integracionistas da escravidão têm proposto a qualificação da fuga do cativo em *fugas de ruptura*, mais raras, destinadas a superar a opressão escravista, e os casos habituais de *fugas de negociação*, atos que forçariam o escravista, a partir da ausência temporária ao trabalho, a concessão de melhores condições de existência.

Os casos de fuga abordados registram realidade muito mais tensa do que essa interpretação que subentende a capacidade do *cativo fujão* de elevar-se, em forma isolada, a níveis de consciência, força e disputa sociais, próprios a sindicalistas e diplomatas modernos.

Finalmente, com a publicação de duas contribuições da arqueologia e uma da arquitetura sobre o passado escravista colonial, **História & Luta de Classes** destaca as valiosíssimas contribuições que essas disciplinas começam a oferecer para uma melhor compreensão da informação documental disponível e, sobretudo, na produção de dados e reflexões de singularíssima importância, próprios e exclusivos ao seu enfoque, sobre a vida material e espiritual do trabalhador escravizado. ■

A ilha de São Tomé (Golfo da Guiné) era despovoada à data da chegada dos Portugueses, no século XV. Estes introduziram aí uma economia de plantação, destinada à produção de açúcar, para o que importaram do vizinho continente africano grandes contingentes de escravos. Desde muito cedo, é possível detectar, na ilha, formas diversificadas de recusa da condição servil, nomeadamente a fuga individual ou em grupo e a própria rebelião organizada (que, por mais de uma vez, chega a ameaçar a própria capital e faz tremer o poder colonial). Um caso significativo, a merecer atenção particular neste trabalho, é o dos negros fugitivos conhecidos pelo nome de “angolares”, que constituíram um quilombo nos lugares mais recônditos da mata e, durante séculos, desafiaram as autoridades coloniais.

Roças e “negros alevantados”

A resistência à escravatura na ilha de São Tomé nos séculos XVI a XVIII

Arlindo Manuel Caldeira

De vários espaços coloniais onde foi introduzida uma agricultura de plantação, baseada no trabalho escravo, a ilha de São Tomé (do arquipélago equatorial de São Tomé e Príncipe, no coração do golfo da Guiné) oferece algumas características específicas.

Introdução

Trata-se de uma pequena ilha (cerca de 860 km²), situada a uma curta distância do continente africano (pouco mais de 300 km). Fisicamente, apresenta um relevo vigoroso em que se passa, num espaço breve, do nível do mar a mais de 2000 m. de altitude (o pico de São Tomé atinge 2024 m.) e em que dez outros picos têm altitudes próximas ou acima dos 900 metros. Junta-se-lhe uma densíssima floresta, com os primeiros relatos de europeus a mostrar-nos a ilha coberta de densa vegetação desde a praia até às serranias mais elevadas,⁽¹⁾ de que, nas décadas seguintes, só foi arroteada uma estreita faixa que